



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Curso de Geografia Licenciatura
Campus Três Lagoas



MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

MARCOS CESAR DA SILVA JUNIOR

**TRANS (VIVÊNCIAS) DA MARGEM AO CENTRO: AS
EXPERIÊNCIAS ESPACIAIS DE MULHERES TRANS
E TRAVESTIS EM TRÊS LAGOAS-MS**

TRÊS LAGOAS

2024



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Curso de Geografia Licenciatura
Campus Três Lagoas



MARCOS CESAR DA SILVA JUNIOR

TRANS (VIVÊNCIAS) DA MARGEM AO CENTRO: AS EXPERIÊNCIAS ESPACIAIS DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS EM TRÊS LAGOAS-MS

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa Dra Patrícia Helena Milani

TRÊS LAGOAS
2024

Marcos Cesar da Silva Junior

**TRANS (VIVÊNCIAS) DA MARGEM AO CENTRO: AS
EXPERIÊNCIAS ESPACIAIS DE MULHERES TRANS
E TRAVESTIS EM TRÊS LAGOAS-MS**

Monografia apresentada à Banca Examinadora em:

_____ de _____ de 2024 e foi considerada _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Patrícia Helena Milani
Orientadora

Membro da banca

Membro da banca

Dedico esse trabalho ao Marcos que já fui um dia, que em hipótese alguma imaginou que estaria aqui, vivo.

Dedico também a todas as pessoas trans e travestis, que perderam suas vidas, que lutaram, que continuam lutando, pra eu ser a bicha afeminada que eu sou hoje, reconheço que esses corpos correram para que toda comunidade pudesse andar.

AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo aos meus pais, que lutaram incansavelmente para que eu pudesse ter uma educação de qualidade. Eles deram o sangue e o suor para que eu realizasse cada um dos meus sonhos, que também são deles. À minha mãe, minha melhor amiga, que me confortou em todas as ligações e me fez sentir mais perto de casa, ao meu pai, que sempre me encorajou e acreditou em mim e a minha irmã que amo tanto. Nós vencemos, juntos.

Agradeço profundamente à comunidade T, que me acolheu antes mesmo de eu entender quem eu era, que lutou para que eu pudesse estar aqui hoje. A todas que participaram deste trabalho e se tornaram minha família ao longo do processo, meu mais sincero obrigado. Sem vocês, nada disso existiria.

À minha orientadora, Patrícia Milani, uma das mulheres mais incríveis que conheci, com um dos corações mais lindos. Tenho orgulho de ter esse trabalho orientado por você. Obrigado por cada palavra de encorajamento.

Ao meu companheiro de vida, José Elias, que acreditou que venceríamos juntos. E vencemos, de fato.

A minha amiga Melissa, uma das minhas maiores inspirações, com quem me conectei desde o primeiro dia. Só eu sei o quanto você foi essencial para que eu chegasse até aqui e não desistisse.

A minha amiga Geovanna, um anjo na minha vida, que me salvou muitas vezes, mesmo sem saber.

Edvaldo, Marcos, Roberto, Jossy e Higor, que tornaram essa jornada mais leve. Obrigado por todas as risadas, foi maravilhoso dividir essa fase da minha vida, vocês nunca serão esquecidos .

Ao programa PET, grupo em que participei por quatro anos e que foi fundamental para o meu crescimento e amadurecimento.

Ao corpo docente, que me apresentou uma geografia acolhedora e me ensinou a pensar fora da caixa. Em especial a professora Karina, que se tornou minha família dentro e fora da universidade.

Às minhas avós, Cleusa e Bertolina, que foram o alicerce para a minha construção.

A todos amigos e familiares que torceram por mim, não caberia todo mundo neste texto, mas vocês sabem quem são.

E, por fim, agradeço imensamente à minha bisa Nide, que partiu recentemente. Sei o quanto a senhora sonhou para que esse momento acontecesse. Sinto sua presença todos os dias, e sei que, de algum lugar, você está comemorando a nossa vitória.

Esta pesquisa foi escrita com muito carinho, amor e principalmente com orgulho. Cada palavra carrega as pessoas, as memórias e as lutas que tornaram possível chegar até aqui.

RESUMO

Essa pesquisa fomenta o debate sobre as vivências espaciais das pessoas trans na cidade de Três Lagoas-MS. Temos como objetivo de pesquisa compreender parte do cotidiano vivido por esses sujeitos e suas práticas espaciais – envolvendo a dimensão objetiva e subjetiva. Combinado a isso, objetivamos trazer para o centro do debate, na geografia, reflexões acerca das corporeidades de sujeitos sociais que nem sempre protagonizam as pesquisas e os debates acadêmicos. Do ponto de vista metodológico realizamos duas entrevistas com uma mulher trans e uma travesti, moradoras de Três Lagoas, utilizando um roteiro semiestruturado; pesquisas em banco de dados do ANTRA, acerca da violência contra pessoas trans, também realizamos leituras de materiais teóricos que abordam esse tema na geografia e em outros campos das ciências sociais. Consideramos com essa pesquisa, a necessidade de pensar os espaços como parte integrante dos cotidianos das mulheres trans, identificamos que seus corpos e tudo o que representam são aceitos em alguns espaços e em outros não, sobretudo aqueles em que uma ordem conservadora predomina. Desde muito jovens essas mulheres vivenciam conflitos que integram suas histórias de vida, inclusive condicionam muitas vezes suas escolhas em relação à profissão e aos lugares que frequentam cotidianamente, vemos que o espaço também é produto e condição das normas heteronormativas, combinadas ao machismo, racismo e elitismo que geram violência, desigualdades e injustiças espaciais e sociais na cidade.

Palavras-chaves: Corpo, Gênero, Transexuais, Travestis, Três Lagoas-MS.

RESUMEN

Esta investigación fomenta el debate sobre las experiencias espaciales de las personas trans en la ciudad de Três Lagoas-MS. Nuestro objetivo es comprender parte del día a día de estos sujetos y sus prácticas espaciales, considerando tanto la dimensión objetiva como la subjetiva. Asimismo, buscamos situar en el centro del debate geográfico reflexiones sobre las corporalidades de sujetos sociales que no siempre son protagonistas en investigaciones y discusiones académicas. Metodológicamente, realizamos dos entrevistas con una mujer trans y una travesti, residentes de Três Lagoas, utilizando un guion semiestructurado. También llevamos a cabo búsquedas en la base de datos de ANTRA sobre violencia contra personas trans, además de lecturas de materiales teóricos que abordan este tema en la geografía y en otros campos de las ciencias sociales. Con esta investigación, consideramos necesaria una reflexión sobre los espacios como elementos integrados en la cotidianidad de las mujeres trans. Identificamos que sus cuerpos, y todo lo que representan, son aceptados en algunos espacios y rechazados en otros, especialmente en aquellos donde predomina un orden conservador. Desde edades tempranas, estas mujeres enfrentan conflictos que forman parte de sus historias de vida y condicionan, en muchas ocasiones, sus elecciones profesionales y los lugares que frecuentan diariamente. Observamos que el espacio es tanto producto como reflejo de normas heteronormativas combinadas con el machismo, racismo y elitismo, generando violencia, desigualdades e injusticias espaciales y sociales en la ciudad.

Palabras Claves: Cuerpo, Género, Transexuales, Travestis, Três Lagoas-MS.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Suicídio de pessoas Trans entre 2017 e 2023.	25
Gráfico 2 - Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2017 e 2023	30
Gráfico 3 - Estados que mais assassinaram pessoas trans (2017-2023)	31
Gráfico 4 - Perfil das vítimas por idade (%).	31
Gráfico 5 - Perfil das vítimas por raça e etnia entre 2017 e 2023 (%).	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: ACREDITAR EM MIM, NO MEU CORPO, NA MINHA HISTÓRIA É A ÚNICA POSSIBILIDADE DE EXISTIR	14
1.1 O bisturi como uma ferramenta para a construção do eu	19
CAPÍTULO 2: A jornada de travestis e transexuais em espaços de TRANSformação	22
2.1 Deus é acessível?	24
2.2 Vozes que ecoam	27
CAPÍTULO 3: TRANSITANDO EM LUGARES MAL DITOS	29
3.1 Meu afeto te afeta?	36
3.2 Corpocidade: Quero sair da zona de conforto e ocupar outros espaços, ser vista	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO I - ROTEIRO DA ENTREVISTA	49

INTRODUÇÃO

Foram inúmeros motivos que me fizeram iniciar essa pesquisa, desde que me entendi como pessoa LGBTQIA+¹ por volta de 12 anos passei a pesquisar mais sobre o assunto, em muito dos meus estudos e própria experiência² na cidade notei que entre a população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, a letra T, ou seja, as pessoas trans são as que mais sofrem com o preconceito e a discriminação, até mesmo dentro da própria comunidade que deveria servir como refúgio, isso sem contar as mulheres trans negras, pobres e moradoras de periferias³. Quando iniciei a graduação, enxerguei a Geografia como um “megafone”, onde eu pude refletir e mostrar, ainda que para um grupo pequeno de pessoas na universidade, o que os corpos trans vivenciam ao longo de toda sua trajetória espaço-temporal.

Como geógrafos, tivemos um progresso muito maior do que simplesmente marcar pontos nos mapas, no nosso entendimento dos múltiplos e fluídos meios em que as comunidades sexuais são imaginadas, negociadas e contestadas (BINNIE & VALENTINE, 1999, P. 178).

Portanto, me questiono: como posso apoiar a luta pela causa e direito de pessoas trans? Como posso defender a inclusão de pessoas trans nos ambientes que eu frequento? Como faço para repudiar a opressão dessa população em minhas atitudes diárias? O desafio foi, fazer uma transposição desses questionamentos para uma dimensão científica, de modo a construir questões e objetivos de pesquisa ligados a essa problemática, que também é socioespacial.

Sobretudo na intenção de compreender as atitudes reflexivas relacionadas ao modo como a ciência produzida subverte o poder instituído de naturalizar as injustiças cotidianas causadas pela ordem coercitiva da sociedade heterossexual (Silva, 2009) e patriarcal.

Aqui escrevo sobre uma população que (em maioria) ainda não ocupa as

¹ A sigla leva em consideração diversos grupos de pessoas, e cada letra da sigla se refere a uma nomenclatura com a qual aquela pessoa se reconhece. Primeiro, LGB (Gays, Lésbicas e Bissexuais) trata da orientação sexual. O segundo é o TQI (Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer e Intersex), que se refere ao gênero, seguido do A para Assexuais e + para todas as demais letras da sigla.

² As experiências urbanas estão vinculadas ao sentido experiencial e corporal que vincula elementos mentais, físicos, imaginários e espaciais e dão sentidos a uma experiência de lugar, entendida como a possibilidade ilimitada de relações em um espaço físico limitado (Mongin, 2006).

³ Ainda que não protagonize a pesquisa, o conceito de interseccionalidades se faz presente. Os eixos identitários que atravessam as pessoas, sobretudo raça, gênero e classe social marcam suas práticas cotidianas e experiências de vida.

universidades e espaços de poder, local de privilégio que alguns corpos não tem, tento escrever sobre aqueles que ainda não estão nos livros e tampouco nas pesquisas de modo geral, ainda não são referências bibliográficas nas aulas e investigações científicas. De acordo com Silva (2009), o enfoque na interpretação da realidade socioespacial, dialoga com os demais subcampos da Geografia, isso nos permite produzir pluralidades espaciais, enriquecendo a ciência como um todo. Trazer para o debate realidades corporificadas que dão sentidos, significados e compreensão múltipla sobre a produção dos espaços.

Esta monografia é ligada a uma pesquisa de Iniciação científica, desenvolvida no âmbito da UFMS de 2022 a 2023, que envolveu algumas inquietações pessoais aliadas com alguns pontos da geografia que necessitam ser debatidos.

Nosso objetivo de pesquisa é compreender parte do cotidiano vivido por esses sujeitos e suas práticas espaciais, envolvendo a dimensão objetiva e subjetiva. Combinado a isso, objetivamos trazer para o centro do debate, na geografia, reflexões acerca das corporeidades de sujeitos sociais que nem sempre protagonizam as pesquisas e os debates acadêmicos.

Consideramos com essa pesquisa, a necessidade de pensar os espaços como parte integrante dos cotidianos das mulheres trans, identificamos que seus corpos e tudo o que representam são aceitos em alguns espaços e em outros não, sobretudo aqueles em que uma ordem conservadora predomina.

Desde muito jovens essas mulheres vivenciam conflitos que integram suas histórias de vida, inclusive condicionam muitas vezes suas escolhas em relação à profissão e aos lugares que frequentam cotidianamente, vemos que o espaço também é produto e condição das normas heteronormativas, combinadas ao machismo, racismo e elitismo que geram violência, desigualdades e injustiças espaciais e sociais na cidade.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa se baseou em compreender as vivências e experiências de pessoas trans e travestis em suas interações cotidianas. Para isso, o processo de geração de informações foi estruturado em etapas que buscaram garantir a profundidade e a representatividade dos dados.

Assim, propomos refletir sobre a construção social da diferença e como as marcas que nos definem como pessoas na sociedade geram múltiplas desigualdades, inclusive espaciais, na cidade. Combinado a isso, o desafio de trazer para o debate geográfico um tema quase sempre marginalizado na ciência.

Essa pesquisa se destina a criar formas de compreender e explicar algumas vivências de pessoas trans e travestis; como pressuposto básico desta pesquisa as relações socioespaciais cotidianas nos importam, inclusive as práticas espaciais.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa no processo de geração de informações, com a realização de duas entrevistas e observações, muitas delas baseadas em nossas próprias vivências e práticas espaciais na cidade de Três Lagoas. Esse processo se fundamenta no meu cotidiano como integrante da comunidade LGBTQIAP+, em contato direto com esses sujeitos.

Segundo Turra Neto (2012) a pesquisa qualitativa tem como principal fonte de informação os depoimentos orais, as práticas espaciais cotidianas, as vivências e visões de mundo dos sujeitos. De acordo com o autor, a pesquisa qualitativa tem como característica reconhecer que os sujeitos da pesquisa são portadores de subjetividade e corpos, permitindo o reconhecimento de suas limitações, abrindo espaço para o diálogo com os leitores. Reconhecendo que os discursos sobre a realidade estabelecidos pela pesquisa são discursos possíveis, e seus limites são determinados pela forma como a pesquisa é conduzida.

Utilizamos o roteiro semi estruturado (ANEXO 1) para a realização de entrevistas, com perguntas abertas, este foi organizado em blocos de questões organizadas pelos tempos e espaços de vivência das entrevistadas, desde a infância até a fase atual de vida e posteriormente transcrita.

As entrevistadas foram: Vênus, mulher trans de 32 anos, trabalha como garota de programa e digital influencer, é branca e Monalisa, mulher travesti, de 25 anos, é negra e trabalha como publicitária e cantora.

Alguns trechos das entrevistas estão neste texto, momentos em que práticas e vivências espaciais foram expostas e analisadas em diálogo com nossa base teórica. As entrevistas foram realizadas no ano de 2022 e 2024, durante a pesquisa de Iniciação Científica, a que se liga esta Monografia.

Realizamos também pesquisas em banco de dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para levantamento de informações acerca da violência envolvendo pessoas trans e dados populacionais.

A monografia está dividida em três capítulos, além desta introdução e as

considerações finais. No primeiro capítulo tratamos a luta de pessoas trans e travestis para validar suas experiências, identidades e corpos em um mundo que frequentemente nega sua legitimidade. No segundo capítulo exploramos a vivência desses corpos em ambientes de mudança social, emocional e política. Já no terceiro e último capítulo nos concentramos em como pessoas trans e travestis transitam em espaços hostis que foram construídos para reforçar normas de gênero.

CAPÍTULO 1: ACREDITAR EM MIM, NO MEU CORPO, NA MINHA HISTÓRIA É A ÚNICA POSSIBILIDADE DE EXISTIR

*Sinfonia do Corpo
 (Jup do Bairro)
 Paz é corpo
 Afinal, o que pode um corpo?
 O juízo judaico-cristão me silencia
 Mas é que eu falo demais
 Se eu tô com fome, falo que eu tô com
 fome
 Se eu tô com frio, falo que tô com frio
 E caio
 Caio, mas me levanto
 Mesmo sem me mover, ainda danço
 As veias pulsam
 O coração em processo de musicalização
 Eu não sei o que pode o corpo
 Células, tecidos, órgãos
 Os órgãos compõem a melodia para o
 sistema
 Sistema tegumentar, esquelético, muscular,
 cardiovascular
 Respiratório, digestório, urinário, nervoso,
 genital
 Capitalista
 E não consigo ouvir
 Passei toda a minha vida sob a imersão
 dessa sinfonia.*

O que pode um corpo? A resposta a essa pergunta não está apenas na biologia ou nos sistemas que nos atravessam, mas nas histórias que se inscrevem na pele, nos gestos que transgridem normas e nos desejos que escapam ao controle.

Entender as nuances e complexidades da identidade de gênero é um exercício que exige sensibilidade, escuta e abertura para o aprendizado. As palavras que usamos e os conceitos que empregamos não são apenas definições teóricas; são ferramentas para compreender vidas, histórias e experiências. Por isso, antes de mergulharmos nas discussões que fundamentam esta pesquisa, é importante fazermos uma pausa para esclarecer alguns dos termos centrais que atravessam o debate sobre as vivências trans.

Afinal, conceitos como identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual não são apenas abstratos, mas estão profundamente conectados às realidades de pessoas que desafiam normas e ressignificam espaços.

É importante iniciarmos explicando melhor cada um alguns dos termos que são pontos chaves para o desenvolvimento dessa pesquisa e a cartilha de Atividades LGBTI+ desenvolvida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) oferece contribuições para o entendermos melhor os conceitos ligados à identidade de gênero:

Transgênero: terminologia usada para pessoas cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade;
transexual: pessoa que possui identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento; travesti: pessoa que nasceu com determinado sexo, ao qual foi atribuído naturalmente o gênero considerado correspondente pela sociedade, mas que passa a se identificar e construir em si o gênero oposto (Morais; Rodrigues, 2020, p. 8)

Não correspondendo a cis-heteronormatividade, representando a diferença na sua forma mais transgressora, indo contra a normalização de gênero, atravessando a construção e reconstrução de seus corpos que são também políticos, seja pela sua identidade e expressão de gênero ou identidade sexual, pessoas transgêneros e travestis tendem a enfrentar o processo de questionamento de sua identidade a partir do olhar genitalista e heteronormativo,

Junqueira (2010), afirma que os processos de socialização heteronormativos, estão associados à rejeição da feminilidade e da homossexualidade. Segundo o autor esses mecanismos, frequentemente expressos por atitudes e comportamentos abertamente homofóbicos, reforçam a homofobia e a misoginia, principalmente entre meninos e jovens. Nesse contexto, mulheres e pessoas LGBTQIA+ são frequentemente colocadas como "o outro", exigindo que os indivíduos demonstrem continuamente sua masculinidade e heterossexualidade por meio do distanciamento da feminilidade e da homossexualidade. Nas palavras de Monalisa:

Minha infância foi horrível, enquanto criança, me identificava como homossexual, mas minha família não me aceitava, até hoje não me aceitam, mas respeitam. Eles rasgavam minhas roupas e jogavam meus pertences no lixo, além de me expulsaram de casa duas vezes. Lembro de

quando dançava as músicas do grupo “RBD”, meus pais pediam para parar, pois era coisa de “boiola”, e todos os meus familiares pegavam no meu pé por “requebrar” muito a mão. Eu me sentia culpada, por ser quem eu era (Monalisa, 25 anos, publicitária e cantora).

Monalisa, cita elementos de performance de gênero que separam o universo masculino do feminino pelas convenções sociais e pelas regras da binaridade, como o requebrar das mãos e todas as outras performances que seu corpo expressava desde a infância.

Junqueira (2010), critica a forma como esses conceitos são muitas vezes tratados como linearmente determinados por características biológicas, ignorando as complexidades das vivências humanas. Por exemplo, interpretar gestos infantis como sinais de futura homossexualidade reflete um entendimento reducionista e normativo.

Pollak (1992), coloca em discussão, a memória como um componente do sentido de identidade de um indivíduo ou de um grupo, e é também um fator crucial no sentido de continuidade e coerência com que um indivíduo ou grupo se constrói.

A minha infância foi bem tranquila, desde pequena já mostrava ao mundo para o que vim, fui uma criança livre, minha família lidava bem com isso, acho que isso influenciou eu lidar com a minha aceitação (Vênus, 32 anos, digital influencer e garota de programa).

O período da infância é determinante para toda criança, principalmente se essa criança for LGBTQIA+, Monalisa deixa claro que sofria repressão desde a infância por ser quem ela era, fica evidente em sua fala o quanto essas atitudes afetam sua vida, tanto no passado quanto hoje, na fase adulta. Em contrapartida, Vênus relata que teve uma infância tranquila e justamente por isso lidou melhor com todo o processo de aceitação.

De acordo com Silva (2010), a casa emerge como um espaço marcante na construção da memória das travestis, associada às vivências na infância, adolescência e vida adulta. Metade das memórias relacionadas à casa remete aos primeiros períodos da vida, enquanto a outra metade refere-se às experiências na idade adulta. A casa é representada como um espaço onde se constroem as relações familiares e é nesse ambiente que esses corpos vivenciam tanto as primeiras percepções de diferença em relação aos outros quanto experiências

afetivas. Esses eventos marcam profundamente a identidade desses corpos, configurando a casa como um espaço tanto de pertencimento quanto de rejeição e ruptura.

A sociedade (estruturada pelo machismo e pela heteronormatividade) escolhe com o que devemos brincar, que roupa devemos vestir, que cores devemos usar, e até mesmo antes do nascimento as cores que definem a binaridade passam a caracterizar o quarto da criança, as roupas etc. Isso sem contar toda a repressão ao longo da nossa formação pelos trejeitos afeminados ou muito másculos. Portanto, é indispensável falar sobre a infância colocando a memória em discussão, um dos principais fatores para a nossa construção como indivíduo.

Preciado (2013), coloca em debate a ideia de proteção à infância frequentemente defendida por setores conservadores baseia-se em uma visão construída de criança: heterossexual e submissa às normas de gênero desde o princípio. Nesse discurso, a criança é negada por qualquer possibilidade de resistência ou liberdade sobre seu corpo e sua sexualidade. Assim, a proteção à infância, tal como apresentada, acaba sendo sustentada por mecanismos de opressão, controle e, em última instância, violência sistemática.

Para Silva (2009), é possível compreender o gênero como construção e como performance, essas duas perspectivas são complementares. Enquanto a noção de construção social oferece ferramentas para entender estruturas e os sistemas que definem normas de gênero, a ideia de performance permite compreender as dinâmicas de resistência e transformação. Essas abordagens são importantes para analisar como os corpos, territórios e práticas cotidianas estão imersos em estruturas de poder que reproduzem desigualdades de gênero.

As pessoas com genitália masculina devem se comportar como machos, másculos, e as com genitália feminina devem ser femininas, delicadas. Nesse sentido, um homem até pode ser homossexual, inclusive fora do armário, mas não pode se identificar com o universo feminino, nem uma mulher lésbica pode se identificar com o masculino (COLLING; NOGUEIRA, 2014, p. 180).

A sociedade tende a depreciar meninos que não apresentam as performances consideradas ideais que sustentam a masculinidade. Isso inclui a forma como eles se movimentam, gesticulam, falam, expressam emoções. Essas

características são frequentemente associadas ao que é considerado universo feminino e, dentro dessa perspectiva opressora, são vistas como inferiores ou inadequadas para um menino, esses sujeitos que possuem uma performance corporal mais feminina são reconhecidos como desviantes (Reis, 2012). Esses corpos passam então a ser classificados como afeminados e em muitos espaços discriminados.

A heteronormatividade⁴ assume que há uma relação intrínseca entre o gênero e o corpo biológico, ou seja, a genitália que nascemos. Em outras palavras, o gênero é visto como dependente da natureza e das características físicas do corpo: se alguém tem um órgão genital masculino, é esperado que incorpore a masculinidade e a virilidade, pois existe uma expectativa de alinhamento entre sexo e gênero (Butler, 2003), desdobrando essa ideia, há ainda o pleno alinhamento, dentro dos padrões machistas e heteronormativos, entre sexo, gênero e desejo, porém essas três dimensões podem não coincidir

O argumento desta perspectiva é que o gênero, construído permanentemente, é também produzido pela sua desconstrução, pois, enquanto representação, o gênero se faz nas relações humanas, e o espaço é fundamental nesse processo de construção/desconstrução. (SILVA, 2009, p. 99).

Há uma forte estrutura social que reproduz a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher, qualquer um que não se encaixa neste padrão cisheteronormativo pode ser posto à margem da sociedade, acarretando nas diversas formas de diferenciações no cotidiano, dependendo do espaço em que estiver/quiser frequentar. Turra Neto (2019), afirma que o espaço geográfico é meditado, constituído, percebido e refletido a partir dos corpos, portanto ler os corpos no espaço desafia a imaginação geográfica em sua compreensão das complexidades da realidade. Sabemos que nossa identificação como homem ou como mulher não é um fator biológico, mas uma construção social e um ato performativo. Muito além da representação de papéis a serem produzidos por corpos. Bourdieu (2003), reflete acerca dos estigmas sociais sofridos pela comunidade LGBTQIA+:

⁴ Normas e práticas sociais que assumem a heterossexualidade como a orientação sexual "natural", "normal" ou ideal. Esse conceito está enraizado em expectativas binárias de gênero (homem/mulher) e no entendimento de que as relações afetivas e sexuais devem ocorrer entre indivíduos de gêneros opostos.

[...] A forma particular de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais, marcados por um estigma que, à diferença da cor da pele ou da feminilidade, pode ser ocultado (ou exibido), impõe-se através de atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças significativas, negativamente marcadas, e com isso a grupos ou categorias sociais estigmatizadas. Como em certos tipos de racismo, ela assume, no caso, a forma de uma negação da sua existência pública, visível. A opressão como forma de "invisibilização" traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a "discrição" ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor. (BOURDIEU, 2003, p.143)

Bourdieu aponta como a opressão de grupos estigmatizados, se expressa por uma "invisibilização" sistemática. Essa forma de dominação simbólica recusa às pessoas cuja identidade as normas sociais a possibilidade de existir de maneira legítima e reconhecida.

Reivindicar a visibilidade é mais do que um ato político é uma afirmação radical de existência. Quando a sociedade exige discrição ou conformidade, ela reafirma o poder das categorias que marginalizam e negam a pluralidade. Assim, acreditar em si mesmo, no próprio corpo e na própria história emerge como uma resistência.

1.1 O bisturi como uma ferramenta para a construção do eu

O ódio ao próprio corpo é um projeto que visa lucros, portanto é necessário ressaltar que se definir como transgênero ou travesti vai além da cirurgia de feminização, harmonização ou redesignação sexual. O corpo existe a partir de como se percebe, se identifica e se expressa na sociedade e no espaço, desde a infância, mesmo antes de se compreender diante do mundo.

A contradição em como procedimentos estéticos são vistos em pessoas cis⁵ e trans revela os preconceitos e estigmas que ainda persistem socialmente. Enquanto corpos cis tem passe livre para buscar mudanças estéticas desde cedo, corpos trans ainda continuam enfrentando julgamentos e marginalizações.

⁵ Pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo que lhes foi atribuído ao nascer.

Procedimentos como cirurgia de aumento de seios, rinoplastias e preenchimentos, por exemplo, são normalizados para pessoas cis, na maioria dos casos esses e tantos outros procedimentos são vistos como uma forma de alcançar (ou aumentar) a autoestima, adaptar o corpo a padrões estéticos ou até corrigir algo.

Decorrente do grande incentivo da mídia os procedimentos estéticos são vendidos como uma forma de bem-estar e mudança na qualidade de vida. Muitas mulheres transgêneros e travestis, especialmente em contextos de marginalização e falta de acesso a cuidados de saúde adequados, acabam recorrendo às famosas "bombadeiras", que são as profissionais informais que realizam procedimentos de feminilização com produtos injetáveis, geralmente de maneira clandestina e sem controle médico.

Esses procedimentos geralmente envolvem a aplicação de silicones e outros materiais injetáveis que não são adequados para uso humano. Em muitos casos, essas substâncias são aplicadas sem qualquer cuidado sanitário ou preparação médica, esses materiais podem migrar para outras partes do corpo e causar complicações graves e até mesmo levar à morte.

A possibilidade de realizar cirurgias de redesignação sexual pelo Sistema Único de Saúde (SUS) representa um avanço significativo para os direitos das pessoas trans no Brasil, especialmente em um contexto histórico de marginalização. As primeiras cirurgias de redesignação sexual no Brasil datam da década de 1970. Em 1971, o cirurgião plástico Roberto Farina realizou a primeira cirurgia de redesignação sexual em uma mulher trans no país. De acordo com o portal *Agência Brasil*, até 2023, foram realizadas 415 cirurgias, sendo a grande maioria (400) destinadas a mulheres trans, e um número significativamente menor (15) a homens trans.

Porém, a espera por tratamentos formais ou a falta de políticas inclusivas em sistemas de saúde deixam esses corpos sem opções seguras para alcançar a aparência que tanto deseja. Além disso, alguns sistemas de saúde impõem limitações, que exigem laudos psiquiátricos ou processos burocráticos, tornando o acesso ainda mais difícil, já as "bombadeiras"⁶ por outro lado, oferecem uma

⁶ Inclusive há um documentário – Bombadeira – que conta, por meio de entrevista com mulheres travestis, moradoras de Salvador, os muitos desafios que enfrentam para atingir os corpos femininos que desejam.

solução mais rápida e menos burocrática, mesmo que perigosa, arriscada e clandestina.

Buscando deslocar o corpo travesti dos estereótipos que o circunscrevem ao universo de busca pela beleza, o documentário nos revela, por meio de sua figura central, a bombadeira, as marcas reconhecidas no meio por suas habilidades de mudar as formas corporais através de implantes clandestinos de silicone industrial para afirmar a identidade, entendida enquanto existência. Como as fadas-madrinhas, as bombadeiras realizam o sonho de inteligibilidade social feminina (...). (PENALVO et al., p. 211)

A busca por esses procedimentos de alto risco também é impulsionada por uma pressão social que exige que mulheres transgêneros e travestis sejam extremamente femininas e “passáveis”. Esse estigma da passabilidade é um dos fatores que leva muitas pessoas a arriscarem suas vidas para alcançar padrões desejados e garantir um mínimo de aceitação ou mesmo segurança.

“Passabilidade” é um termo bem comum usado para descrever o quanto uma pessoa trans é vista como o gênero com o qual se identifica, sem ser percebida como trans, ou seja, é um corpo “passável”. A passabilidade pode representar a capacidade de transitar pela sociedade sem que sua identidade de gênero (e performance) seja questionada e no limite marginalizada.

No entanto, a passabilidade pode acabar se tornando uma armadilha extremamente perigosa, baseada na falsa segurança de pertencimento. Podemos analisar como uma segurança temporária e dependente de como os outros te enxergam, qualquer “falha” pode acarretar a diversas formas de violência, revelando o quanto essa segurança é instável.

Conforme De Pontes e Da Silva (2017), a passabilidade está relacionada à forma como a performatividade de gênero é interpretada dentro de padrões normativos. Trata-se de um conjunto de atos reiterativos que reforçam uma percepção coerente de gênero, fundamentada em uma matriz predominantemente heterossexual e cisgênera. Essa experiência evidencia como os corpos são considerados inteligíveis na sociedade quando suas características corporais e comportamentais correspondem às expectativas normativas.

CAPÍTULO 2: A jornada de travestis e transtêneros em espaços de TRANSformação

***Lamento de Força Travesti
(Renna, Gabi Benedita, Letícia Coelho)***

*Ontem a noite ela chorou mais uma vez
Vendo a notícia essa semana foram três
Puxada e arrastada no meio da tarde
Chutada e torturada mas não teve alarde
Me invade os sonhos
Rouba minha história
Corpo marcado
Em sangue a trajetória
E tem momentos onde tudo o que eu sinto
É saber que eu tô no lucro se passar dos 35*

A escola é um ambiente no qual podemos observar as regras e normas hegemônicas que foram historicamente estabelecidas para moldar os corpos daqueles que frequentam. Essas normas têm como referência a heterossexualidade como o único modelo válido de identidade e expressão sexual.

De acordo com Junqueira (2010, p. 213), o cotidiano escolar é um universo privilegiado para observar a contínua vigilância das normas de gênero sobre todas as pessoas. Borrilo (2010) analisa a organização dos sujeitos na sociedade:

A diferença homo/hetero não é só constatada, mas serve, sobretudo, para ordenar um regime das sexualidades em que os comportamentos heterossexuais são os únicos que merecem a qualificação de modelo social e de referência para qualquer sexualidade. Assim, nessa ordem sexual, o sexo biológico (macho/fêmea) determina um desejo sexual unívoco (hétero), assim como um comportamento social específico (masculino/feminino). Sexismo e homofobia aparecem, portanto, como componentes necessários do regime binário das sexualidades. A divisão dos gêneros e o desejo (hétero) sexual funcionam, de preferência, como um dispositivo de reprodução biológica de espécie. A homofobia torna-se, assim, a guardiã das fronteiras tanto sexuais (hetero/ homo) quanto de gênero (masculino / feminino) (BORRILLO, 2010, p.16).

E é na escola que percebemos o surgimento das demandas e imposições coletivas sobre como deveríamos ser. Nesse ambiente, somos confrontados com padrões de beleza, peso, altura, cor da pele, orientação sexual e outras características que muitas vezes são estigmatizadas. Os ideais coletivos se manifestam como exigências, e às vezes de maneira extremamente violenta, tanto

pelos professores quanto pelos alunos, afetando profundamente a forma como nos percebemos (Miskolci, 2020).

Ao não abordar a diversidade sexual e de gênero, a escola perpetua o estigma, a invisibilidade e a exclusão de estudantes que não se encaixam nas normas heteronormativas. Isso cria e reproduz um ambiente no qual esses estudantes podem sentir-se desvalorizados e impossibilitados de expressar sua verdadeira identidade, com profundos rebatimentos na vida futura desses estudantes.

Silva (2008) faz uma análise de como a escola reproduz e legitima normas hegemônicas da sociedade heteronormativa, contribuindo para a exclusão de corpos que não se conformam aos padrões de gênero. Isso se reflete em ações cotidianas que reforçam exclusões relacionadas a gênero, renda e cor, afetando diretamente a autoestima dessas pessoas e gerando uma autoimagem inadequada. Ainda segundo a autora, os banheiros escolares simbolizam espaços de conflito, pois a organização binária do espaço físico reforça fronteiras rígidas entre masculino e feminino. Assim, esses ambientes tornam-se palco da reprodução de normas heteronormativas e da resistência contra elas.

A escola foi um dos períodos mais cruéis e difíceis da minha vida, eu era um homem negro e afeminado, eles me apelidaram de Vera Verão, pela semelhança com o ator Jorge Lafond. Eles me humilharam e me fizeram chacota. (Monalisa, 25 anos, publicitária e cantora)

Na fala de Monalisa, podemos ver que a lgbtfobia também pode caminhar lado a lado com o racismo. Logo é incompreensível que o movimento negro não reconheça as demandas de travestis e transexuais, independentemente de sua etnia. Isso reflete a importância de uma abordagem interseccional, que leve em consideração as diferenças e fortaleça enquanto resistência coletiva, Nascimento (2020). A luta interseccional, fundamentada na colonialidade do poder, é essencial para combater as violências estruturais.

O ambiente escolar (em tese) tem um papel importante em abordar essas questões sociais, a conversa sobre gênero e sexualidade, para proporcionar que as pessoas exerçam seus direitos de cidadania, em um ambiente saudável, garantindo uma formação básica.

Na adolescência, passei por discriminação pelos professores, já tive que

me retirar de projetos, já me mandaram ir para o psicólogo, a gente não tinha essa visão de hoje em dia que isso é o preconceito na pele, já tiveram professores que disseram “não vou aceitar veado na minha sala”, hoje a gente vê que são problemas seríssimos, mas na época a gente achava que o problema estava na gente. (Vênus, 32 anos, digital influencer e garota de programa)

Os maiores sofrimentos por pessoas LGBTQIA+ na infância, foram vividos na escola. Enquanto alguns corpos vão para escola exclusivamente para estudar, a preocupação da comunidade é passar despercebido e driblar a violência.

Silva (2008), afirma que as escolas são compreendidas como parte integrante da realidade socioespacial da cidade, constituindo relações e também por elas iniciadas. Se, em uma primeira concepção, a escola é um lugar de inclusão, convivência das diferenças e acesso democrático ao conhecimento, para transexuais e travestis a escola é um lugar de sofrimento, violência e ataques diários à autoestima. Anulando sua futura possibilidade de conquista material e social.

Preciado (2017), faz uma análise sobre a organização dos corpos, principalmente no espaço escolar. o autor afirma que a violência nas escolas, é uma consequência direta dessa estrutura que busca normalizar os corpos e as identidades de acordo com padrões rígidos de gênero e sexualidade. O sistema educacional atual, segundo essa análise, é descrito como uma "fábrica de subjetivação", onde as diferenças são patologizadas e punidas.

2.1 Deus é acessível?

A relação entre religião e identidade de gênero ou sexualidade tem sido, ao longo da história, um terreno de tensões e contradições. Para muitas pessoas LGBTQIAP+, as experiências de fé e espiritualidade estão frequentemente marcadas por conflitos internos e externos, especialmente quando os discursos religiosos apresentam barreiras à aceitação e à inclusão.

As religiões cristãs possuem doutrinas que interpretam a homossexualidade e a transexualidade como “pecados” a partir do que a palavra bíblica teria estabelecido como o “correto” para a humanidade. Essas doutrinas defendem a ideia de uma visão de gênero binária, na qual homem e mulher ocupam papéis distintos e fixos na sociedade e nos espaços. Assim, pessoas que desafiam ou

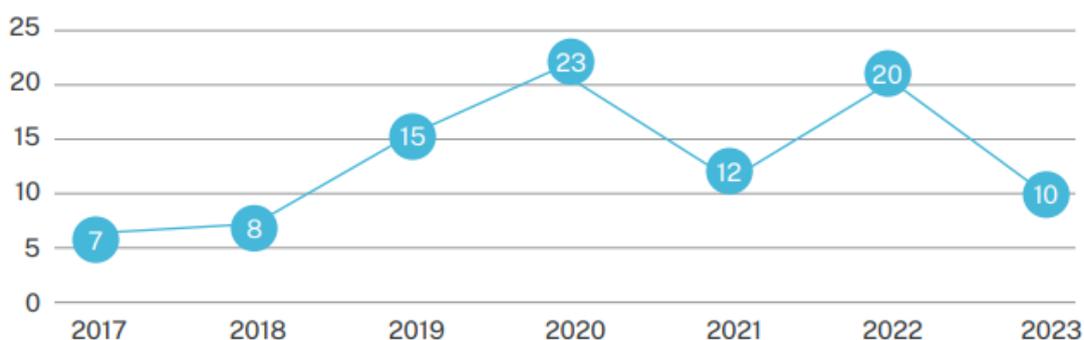
rompem com essa visão são vistas como ameaças à ordem divina. São séculos de perseguição, isso significa uma vida cercada de julgamento, condenação e rejeição, em muitos casos desde a infância.

Quando a pessoa é cronicamente rejeitada ou excluída, as consequências podem ser, como em geral são, muito mais sérias e graves. Depressão, uso abusivo de drogas e suicídio são consequências bastante comuns da rejeição, da discriminação, da intolerância, do preconceito e da exclusão social (LANZ, 2014, p. 244).

Esses corpos sofrem não só rejeição da sociedade, mas também um sentimento de culpa, vergonha e exclusão, pois são doutrinados a acreditar que seu próprio corpo e identidade violam uma lei divina e qualquer desvio terá o inferno como condenação. Esse conflito interno, alimentado por discursos religiosos, gera sofrimento, contribuindo diretamente para taxas elevadas de depressão e em casos mais graves, suicídio.

A análise dos dados de suicídio entre pessoas trans em 2023 revela uma realidade alarmante, apesar dos números terem caído, as vulnerabilidades enfrentadas por esses corpos continuam sendo uma realidade esmagadora. Conforme mostra o gráfico 1:

Gráfico 1 - Suicídio de pessoas Trans entre 2017 e 2023.



Fonte: ANTRA, 2024.

Em igrejas mais conservadoras, existem práticas conhecidas como “terapias de conversão” ou a famosa “cura gay”, nas quais pessoas LGBTQIA+, são submetidas a métodos psicológicos e religiosos para tentarem mudar suas identidades de gênero e orientação sexual. Embora sejam proibidas por órgãos de psicologia, essas práticas ainda ocorrem clandestinamente em alguns locais,

sendo incentivadas por líderes religiosos que consideram esses corpos como pecadores.

A influência religiosa no Brasil vai além dos espaços de púlpitos, hoje podemos ver descaradamente sua influência na política. Parlamentares e líderes religiosos conservadores promovem políticas de controle social que visam limitar a visibilidade e os direitos das pessoas LGBTQIA +. Propostas de lei que visam restringir o uso de banheiros por pessoas trans, impedir a inclusão de conteúdos sobre gênero nas escolas e limitar o acesso de pessoas transgêneros e travestis a direitos básicos, uma agenda política religiosa que reforça que a luta ainda não acabou.

Um exemplo é o Projeto de Lei nº 504/2020, proposto na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que tentava proibir conteúdos publicitários com diversidade sexual e de gênero, sob a justificativa de "proteger crianças e adolescentes".

Outro caso foi o debate em torno de legislações estaduais e municipais que tentaram e ainda tentam limitar o uso de banheiros por pessoas trans. Esse tipo de projeto, conhecido como *bathroom bills* em outros países, tem como objetivo obrigar pessoas trans a utilizarem banheiros correspondentes ao gênero atribuído ao nascimento, desrespeitando a identidade desses corpos.

A exclusão de conteúdos sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar também foi discutida em várias esferas legislativas, como em projetos que defendem o que chamam de "escola sem partido". Que buscava proibir o debate sobre diversidade e inclusão.

Porém, recentemente tivemos avanços importantes ao modificar Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a conhecida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo a Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, para tornar obrigatória a inclusão de abordagens que considerem as experiências e perspectivas femininas nos conteúdos do ensino fundamental e médio. Essa mudança tem como objetivo assegurar que os currículos escolares abranjam as histórias e contribuições das mulheres em várias áreas, reconhecendo a importância de suas trajetórias e o impacto que elas tiveram ao longo do tempo.

Para muitos desses corpos, o conflito entre sua fé e sua identidade de gênero é uma das batalhas mais dolorosas, pois internalizam a culpa e o medo do

“castigo divino” que lhes é ensinado desde a infância, e passam a carregar uma sensação de sofrimento.

A religião, quando usada como instrumento de opressão, gera um impacto devastador, principalmente quando impõe uma moralidade que rejeita identidades e legitima a exclusão. Porém, há uma resistência crescente dentro de alguns espaços religiosos que buscam promover uma visão de Deus mais acolhedor que enxerga a diversidade como parte de sua criação.

2.2 Vozes que ecoam

Eu buscava de todas as formas entender quem eu era, na minha adolescência as pautas lgbtqi+ não eram tão discutidas quanto hoje, eu buscava na internet conteúdos lgbtqi+ para tentar compreender o que estava acontecendo comigo e a única coisa que eu encontrava eram conteúdos pornográficos (Monalisa, 25 anos, publicitária e cantora).

A falta de compreensão sobre o que significa ser trans ou travesti gera medo e insegurança. Muitas pessoas têm uma visão limitada e preconceituosa sobre a diversidade de gênero, o que leva à formação de estereótipos negativos. A mídia e o próprio sistema educacional desempenham um papel fundamental na formação de opiniões sobre identidades trans e travestis.

Nas décadas de 1980 e 1990, a presença de travestis e pessoas trans na televisão brasileira, na maioria das vezes eram associadas como figuras de humor, de deboche, e essas representações reforçaram a construção dos estereótipos e preconceitos. Travestis e pessoas trans apareciam em quadros humorísticos quase sempre de forma extremamente desrespeitosa, reduzindo suas vivências a uma visão limitada e estigmatizada, que alimentava ainda mais a transfobia.

Hoje (2024), acessamos os meios de comunicação e verificamos por exemplo Érika Hilton, sendo a primeira travesti eleita deputada federal. Tiffany Abreu, brilhando no esporte, foi a primeira atleta trans a atuar na Superliga do vôlei brasileiro. Valentina Sampaio se consagrando como a primeira mulher trans a ser capa da Vogue Paris e desfilar pela Victoria 's Secret.

A cantora Liniker, aclamada, com músicas no topo das paradas e sendo a primeira transsexual a ganhar um *Grammy*, um dos prêmios mais importantes da indústria musical, também vemos Linn da Quebrada, uma travesti quebrando todos

os pré conceitos quando apareceu no horário nobre da TV aberta, embora mesmo com o pronome “ELA” tatuado na testa, explicitamente reforçando sua identidade de gênero, Linn foi e ainda é chamada por pronomes masculinos, como vimos no BBB (Big Brother Brasil) e até mesmo por jornalistas e apresentadores. Esse erro não é apenas linguístico, ele representa uma violência simbólica que ignora e nega a identidade desses corpos. No âmbito da educação destacamos a professora Letícia Carolina Nascimento, mulher transgênero, negra e professora da Universidade Federal do Piauí, faz pesquisas nas áreas de gênero e educação, assim como diversas mulheres transgêneros professoras e pesquisadoras, que quase sempre não são as principais referências bibliográficas dos trabalhos acadêmicos.

Nos últimos anos a busca pela representatividade tem se tornado constante. O público não é e nunca foi composto apenas por pessoas cisgêneras, brancas e de classe média existem outros corpos (não heteronormativos, negros, moradores de periferias, dentre outras dimensões) consumindo e querem também ser representados.

No processo da minha transição foi importante ver pessoas iguais a mim na TV, nas campanhas publicitárias, me permitia sonhar, se elas chegassem até lá, eu também poderia. Ver tantas de mim vencendo, me deu força pra continuar fazendo minha arte (Monalisa, 25 anos, publicitária e cantora).

O mundo em que a gente vive é diverso, e essa diversidade deve ser reproduzida nos diversos espaços cotidianos, não apenas nos marginais. Pois, toda representatividade é importante para a transformação, o impulsionamento e a legitimação de outras vivências, para que elas sejam aceitas em mais espaços sociais.

É necessário gritar como estão gritando, estar em todos os lugares, conquistando espaços, para que o debate sobre a inclusão na sociedade aumente. Esses lugares são nossos por direito, temos que ocupar (Monalisa, 25 anos, publicitária e cantora).

São tempos de (relativas) conquistas e vitórias, mas foram anos de luta, repressão e apagão histórico para que todas elas pudessem estar em posição de destaque, mas sabemos que elas ainda são minoria e ainda há muito a se fazer em todos os segmentos sociais.

CAPÍTULO 3: TRANSITANDO EM LUGARES MAL DITOS

Andar Em Paz (Urias)

*Todo dia morre mais de uma das minhas
Espero que isso mude
Espero que a raiva pare de andar ao meu
lado
Espero que o medo pare de me
acompanhar
Mas já tô cansada de esperar
Eu mereço parar de esperar
Por isso, ando com a minha navalha
Minha navalha carrega o fio da vida
Minha voz está cansada de gritar
Sei que o meu caminho é só de ida
E a gente não vai recuar
Esperar o amor, mas andar com medo
Eu mereço muito, muito mais
Espero ter sorte, não morrer tão cedo
Eu sei, eu mereço andar em paz*

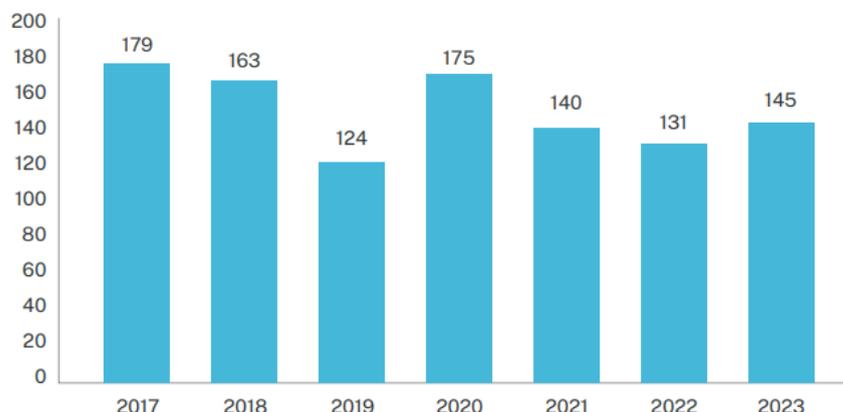
A luta ainda persiste, o Brasil por mais um ano ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial, considerado o país que mais mata transgêneros e travestis no mundo, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) - dados de 2023.

A ANTRA tem uma importância extremamente necessária para a promoção dos direitos humanos e da dignidade das pessoas trans e travestis no Brasil. Fundada em 1992, continua atuando como uma das principais organizações de defesa e representação da população trans no país, buscando reduzir a exclusão social, o preconceito e a violência que ainda afetam intensamente esses corpos.

O Brasil, infelizmente, tem uma das maiores taxas de violência contra pessoas trans e travestis no mundo, e a ANTRA escancara essa realidade, por meio do *Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil*. Esse relatório anual é resultado de uma coleta e análises de dados sobre os crimes cometidos contra pessoas trans no país, oferecendo uma visão detalhada da realidade enfrentada. O dossiê não apenas denuncia essa violência, mas também se torna uma ferramenta para pressionar o governo por mudanças estruturais. O Gráfico 2 mostra o número de assassinatos de pessoas trans no

Brasil entre 2017 e 2023.

Gráfico 2 - Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2017 e 2023



Fonte: ANTRA, 2024.

Como podemos ver, o gráfico revela a realidade que ainda perpassa a trajetória de pessoas trans e travestis no Brasil. As variações nos assassinatos ao longo dos anos indicam que a violência contra essa população permanece alarmante, mesmo com pequenas variações. Em 2020, há um aumento significativo, que pode estar relacionado a diversos fatores, como a intensificação de discursos de ódio (inclusive fortalecida pelo governo Bolsonaro – 2019 a 2022) e a falta de políticas públicas principalmente na pandemia do *covid-19*.

Essa violência reflete não apenas crimes isolados, mas um contexto de marginalização, discriminação e vulnerabilidade que marca a vida desses sujeitos. A queda em 2021 e 2022 sugere uma leve diminuição, mas o aumento em 2023 mostra que a luta ainda continua, inclusive pela existência.

No Gráfico 3 podemos ver que as taxas de mortalidade são alarmantes em vários estados do país, comprovando que não há locais seguros para esses corpos.

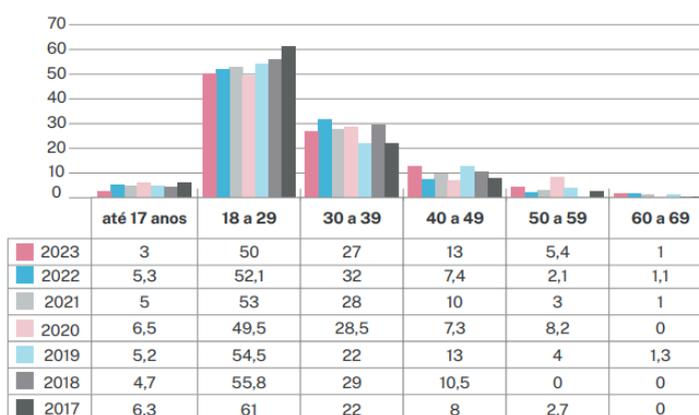
Gráfico 3 - Estados que mais assassinaram pessoas trans (2017-2023)



Fonte: ANTRA, 2024.

O gráfico mostra os estados brasileiros com os maiores números de assassinatos de pessoas trans entre 2017 e 2023. São Paulo lidera com 135 casos, seguido pelo Ceará (96) e pela Bahia (89). Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco também apresentam números elevados. Esses dados refletem desigualdades regionais e a maior concentração populacional nesses estados, o que pode contribuir para o aumento dos casos. Além disso, revelam a urgência de políticas locais para combater a violência contra pessoas trans e promover segurança e inclusão em cada estado. O Gráfico 4 revela que esses corpos estão em perigo durante toda trajetória de vida.

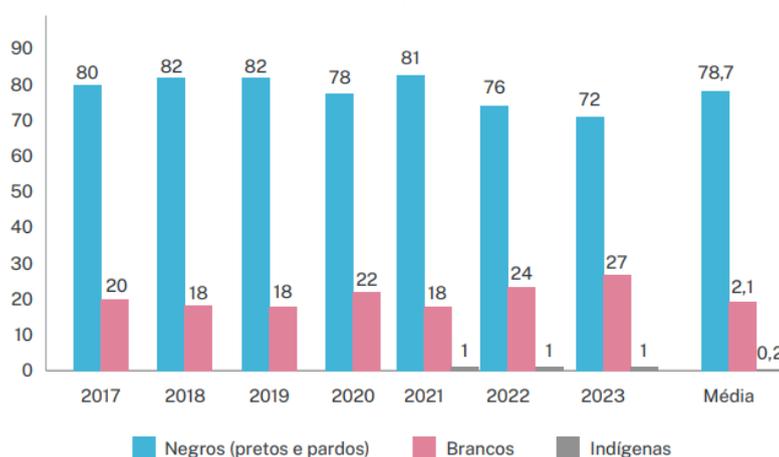
Gráfico 4 - Idade das vítimas assassinadas (%).



Fonte: ANTRA, 2024.

Podemos ver que o estigma de que corpos trans não "passam dos 35 anos"⁷ ainda continua sendo uma realidade, um estigma trágico e desumanizador que reflete uma realidade de extrema violência. A maioria das vítimas está na faixa dos 18 aos 29 anos, e há uma queda significativa em faixas etárias mais avançadas, sugerindo que muitos desses corpos não vivem para envelhecer. A faixa etária que mais sofre a violência é a mesma em que as pessoas trans começam a trabalhar, principalmente entre as mulheres trans um dos principais trabalhos ainda é a prostituição, o que significa uma maior exposição desses corpos em muitos sentidos, o que auxilia no aumento de casos de violência física e assassinato. O Gráfico 4 escancara a realidade da população trans negra.

Gráfico 5 - Perfil das vítimas por raça e etnia entre 2017 e 2023 (%).



Fonte: ANTRA, 2024.

Fica evidente que quando colocamos raça como recortes a população trans negra se encontra em um contexto de vulnerabilidade ainda maior, combinado de modo implícito à classe social⁸, inferimos que seja as pessoas mais pobres e quase sempre moradoras das periferias urbanas.

O racismo, combinados à transfobia, ampliam os riscos de marginalização, exclusão do mercado de trabalho e exposição a situações de violência. Pessoas trans negras frequentemente enfrentam discriminações múltiplas, que tornam sua realidade de vida mais precária, limitando o acesso à saúde, educação e tantas

⁷ Frase muito usada por mulheres trans.

⁸ Neste sentido a interseccionalidade pode ser um fundamento de método que nos ajuda a interpretar os múltiplos eixos identitários que caracterizam as pessoas e condicionam suas vivências no tempo e no espaço, sobretudo as dimensões de gênero, raça, classe social e sexualidade.

outras oportunidades. Esse cenário contribui para a alta taxa de assassinatos, como o gráfico mostra.

A população trans é cotidianamente exposta à morte em um processo incessante de desumanização de suas vidas, conforme aponta Butler (2004). Corpos considerados perigosos, mas que estão em constante perigo. Esse cenário de violência inicia muitas vezes na própria família (com a exclusão familiar) e na escola durante a infância, como relatamos.

Isso avança como afirmamos, o que interfere diretamente no modo que esta população vivencia a cidade e o espaço urbano e é vista, tratada por outras pessoas. Nas palavras de Monalisa: para a carência de formação escolar em decorrência da evasão praticamente expulsória e atinge diretamente a ausência de espaço no mercado de trabalho, de mão de obra com qualificação das pessoas trans, acarretando na busca pelo seu sustento em trabalhos informais, principalmente na prostituição.

A grande maioria da população Trans e travestis tem dois caminhos, trabalhar com estética ou vender o corpo para sobreviver, muitos espaços ainda são negados para nós, não temos saída (Monalisa, 25 anos, publicitária e cantora).

Devido ao viés estrutural, há uma escassez muito grande de empregos para pessoas trans e travestis. No entanto, mesmo que as empresas estejam progredindo lentamente nesse sentido, essa é apenas a primeira barreira que as pessoas trans enfrentam na busca por seu sustento. Encontrando em trabalhos informais a única saída para sua sobrevivência.

Quando iniciei o processo de transição, foi onde fechou tudo pra mim sabe?! Isso em 2011/2012, fecharam as portas de emprego, fui jogada na prostituição por falta de oportunidade, que é realidade da maioria da trans no nosso país (Vênus, 32 anos, digital influencer e garota de programa)

De acordo com alguns dados alarmantes levantados em 2020 pela FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, mostraram que apenas 13,9% das mulheres transexuais e travestis exerciam empregos formais. Entre os homens transgêneros, foi um pouco maior, de 59,4%. Não é sobre escolhas e sim sobre subsistência, principalmente quando focalizamos em marcadores como classe, raça e gênero.

Na prostituição a gente tem que matar um leão por dia, a gente tem que sobreviver, se adaptar, não é fácil (...) Hoje em dia eu ainda sou da prostituição, mas estou procurando outros ramos, eu trabalho com divulgações, também sou digital influencer, estou levantando o meu veículo de comunicação, também fui candidata a vereadora⁹, fui a trans mais votada do MS, a gente faz de tudo pra sobreviver (Vênus, 32 anos, digital influencer e garota de programa).

Mulheres trans e travestis ainda enfrentam o estigma de que mulheres trans são ligadas à prostituição, o que intensifica a exclusão e dificulta ainda mais a busca por empregos formais. Assim, a prostituição é muitas vezes vista como "destino inevitável" para essas mulheres, tornando o preconceito uma barreira ainda mais difícil de superar.

Já passei por muitas coisas, saía de casa sem saber se ia voltar, a expectativa de uma trans é de 35 anos de idade, eu já estou na prostituição a 12 anos, já vi muitas meninas sair e não voltar mais. (Vênus, 32 anos, digital influencer e garota de programa).

As condições de trabalho na prostituição são frequentemente precárias. Muitas mulheres trans enfrentam violência física, abuso psicológico e condições de trabalho insalubres, comprometendo sua segurança e saúde mental. A necessidade de sobrevivência as deixa vulneráveis a inúmeros riscos.

A prostituição entre mulheres trans não é uma escolha, mas sim o resultado de um "CIStema" excludente e opressor (heteronormativo, machista, racista e elitista), que oferece poucas alternativas para estes corpos "TRANSgressores" (Silva, 2011). A exclusão do mercado de trabalho formal, o estigma social, a falta de acesso à educação e a ausência de políticas públicas de apoio criam um ciclo de marginalização que empurra esses corpos para a prostituição como uma forma de sobrevivência.

A política brasileira não foi feita para todos os corpos, ela foi feita por e para "homens, ricos e classe média, brancos e heterossexuais que não representam a pluralidade e a diversidade de sujeitos, pensamentos e interesses do povo brasileiro" (Feitosa, 2017, p. 121). Portanto, julgamos ser necessário ampliar as representatividades, para que esses corpos trans possam ser incluídos, vistos e

⁹ A entrevistada Vênus foi candidata a vereadora em 2024.

não inviabilizados e precarizados, para que a luta contra o “CIStema” opressor e possa ser fortalecida. Todo corpo tem o direito de pertencer e ocupar espaços.

E o país que mais mata pessoas trans e travestis também segue sendo o campeão em pesquisas de pornografia trans em *sites*, segundo dados do *pornhub*, um site de conteúdos adultos. De acordo com Neto e Ceccarelli (2015), a excitação causada por conteúdos pornográficos realiza-se sem a presença de outro sujeito e sustenta-se pela variedade de conteúdos expostos, de modo que o objetivo primário desse tipo de produção é o de apoiar às fantasias masturbatórias e/ou sexuais dos sujeitos.

A pornografia desumaniza e transforma pessoas e corpos em objetos, reduzindo esses corpos a um fetichismo. Esse estigma recai principalmente sobre as pessoas trans e travestis e é responsável pelo processo de hipersexualização de seus corpos, mantendo-os refém do sexismo. Se faz necessário enxergar esses corpos como possibilidades de afeto para além da objetificação.

A pornografia é extremamente nociva para esses corpos, reforçando os estereótipos e a fetichização que distorcem a realidade. Em muitos casos, as representações de pessoas trans na pornografia são construídas para atender ao olhar e aos desejos de corpos cisgêneros, o que leva à criação de uma visão limitada e objetificante dessas identidades. Essa fetichização cria expectativas irreais sobre a aparência e o comportamento das pessoas trans, alimentando a ideia de que elas existem apenas para satisfazer desejos.

A pornografia, consumida no privado, permite que esses desejos considerados “proibidos” sejam realizados de forma oculta, sem que precisem confrontar seus próprios preconceitos ou os valores morais que publicamente defendem. Esse fenômeno cria um ciclo de consumo, em que pessoas trans e travestis são desejadas às escondidas, mas rejeitadas e atacadas quando saem desse contexto considerado clandestino, saem nos espaços públicos.

Essa contradição reflete que enquanto o desejo pelo corpo trans é explorado na e pela pornografia, esse mesmo corpo é condenado, rejeitado e marginalizado em contextos sociais e familiares. Assim, homens que consomem conteúdo pornográfico envolvendo travestis e pessoas trans frequentemente evitam admitir esse interesse em público. Esse comportamento reflete uma cisheteronormatividade que vê as pessoas trans e travestis como “objetos de uso,” mas nunca como parceiros dignos de amor e reconhecimento.

3.1 Meu afeto te afeta?

tinha que ser em lugares escuros, pois a luz revelava quem eu era

Não há nada mais transgressor do que o afeto. O direito de amar e ser amado, é importante para a construção e o reconhecimento como pessoas. Desde muito cedo somos orientados sobre quais corpos amar e respeitar e isso é estrutural e reproduzido socialmente. Alguns corpos estão fadados ao desamor.

Nascimento (2020), faz uma análise de como somos condicionados a acreditar que a construção de uma família é a principal forma de assegurar cuidado na velhice. porém a autora demarca que o modelo de família nuclear, baseado nos padrões cisgêneros, heteronormativos, brancos e magros, não contempla as múltiplas formas ampliadas de afetividade e solidariedade possíveis em diversas configurações humanas.

Queria me sentir amada, meu primeiro relacionamento foi muito tóxico. Ele mentia muito e escondia de todos que se relacionava com uma travesti. Essas atitudes me faziam acreditar que eu era uma pessoa horrível, eu tinha que sair da casa dele antes do dia clarear para não ser vista. Um dia dormi na casa dele e seus amigos chegaram de surpresa para fazer um churrasco, ele pediu para que eu ficasse trancada no quarto até todos saírem, fiquei das 9:00 da manhã até 16:00 da tarde, sem ao menos sair para ir ao banheiro. Quando estávamos no mesmo local com outras pessoas ele fingia que não me conhecia. Quando saíamos juntos, **tinha que ser em lugares escuros, pois a luz revelava quem eu era** (Monalisa, 25 anos, publicitária e cantora, grifo nosso).

Devido aos inúmeros e severos preconceitos às pessoas trans, existem inúmeras barreiras para as pessoas expressarem seu desejo de estarem com pessoas trans e travestis. No processo, certos códigos são naturalizados e outros são ofuscados e/ou sistematicamente eliminados, levando-os ao limite da aceitabilidade humana. Essa ideologia afeta diretamente a maneira como esses sujeitos se veem (as pessoas trans). Ampliando seus problemas de imagem corporal e sua autoestima. O desamor, aliado ao espaço de repressão, cria um ambiente de incerteza sobre a vida e o futuro, o que ficou explicitado na fala de Monalisa.

Existe um estigma social significativo em torno de relacionamentos entre pessoas cis com pessoas trans, especialmente mulheres trans. Esse estigma é

alimentado por preconceitos e estereótipos transfóbicos que estão enraizados na sociedade e levam muitos homens a temerem ao se envolverem abertamente com uma pessoa trans, sejam ridicularizados. Infelizmente, a masculinidade, para muitos homens, ainda está ligada a ideais tradicionais que rejeitam tudo que se desvie da norma heteronormativa e cisnormativa.

Assim, o medo da desaprovação familiar, social ou até mesmo profissional faz com que muitos homens mantenham esses interesses nos espaços privados, mas evitam assumir relacionamentos abertamente. Para esses homens, o estigma se torna uma barreira para explorar alguma conexão afetiva.

A atração por pessoas trans pode fazer com que homens confrontem aspectos de sua própria sexualidade e identidade que eles talvez ainda não compreendam ou aceitem totalmente. Para muitos, a atração por uma pessoa trans desafia a ideia tradicional de orientação sexual (o que chamamos de identidade sexual) e pode gerar sentimentos de desconforto ou até de vergonha. Isso ocorre porque, culturalmente, a atração por pessoas trans ainda é frequentemente vista como algo a se envergonhar.

Em 2008, o jogador Ronaldo Fenômeno foi centro de uma polêmica depois de ser descoberto com três travestis em um motel no Rio de Janeiro. A reação pública foi marcada por preconceitos. Ronaldo foi criticado, ridicularizado e perdeu contrato com grandes marcas por ter se relacionado com travestis, e acabou pedindo desculpas publicamente no *Fantástico*¹⁰, como se a situação fosse um erro ou um crime, as travestis foram ridicularizadas nas matérias jornalísticas, onde eram tratadas no pronome masculino e seus nomes de batismo expostos.

Esse episódio evidencia como, naquele período, a atração ou envolvimento com pessoas trans era tratado como um tabu, algo que deveria ser escondido e repudiado quando descoberto. A cobertura midiática do caso reforçou a ideia de que o relacionamento com travestis ou pessoas trans era algo vergonhoso, reforçando preconceitos. O caso de Ronaldo não foi isolado e exemplifica o quanto a sociedade impõe uma moralidade criminalizando o afeto.

Como resultado, muitas pessoas evitam assumir relacionamentos com pessoas trans por medo de lidar com essas questões, mantendo o relacionamento apenas no plano sexual, onde sentem que podem explorar suas fantasias sem

¹⁰ Programa jornalístico transmitido aos domingos à noite, pela TV Globo.

abrir espaço para a compreensão mais profunda que um relacionamento exige, levando muitos corpos a evitar uma conexão pública e honesta.

Muitas pessoas sonham em cursar algo que ama, conhecer o mundo, ser realizado profissionalmente, eu não, meu maior sonho é se casar, mas eu não acredito na possibilidade de ser amada, principalmente por ser esteticamente fora dos padrões aceitos. Depois que o meu relacionamento acabou, vi o meu sonho ser completamente destruído, passei a desenvolver despersonalização, transtorno de pânico e pensava em suicídio todos os dias (Monalisa, 25 anos, publicitária e cantora).

É importante observar que existem vários fatores que contribuem para o suicídio. Preconceito, agressão violenta, discriminação e solidão que criam feridas profundas que perpassam a vida toda. Esses corpos enfrentam processos perversos de desumanização, violência e violação de seus direitos em diferentes espaços. O estigma também se reflete em expressões que sugerem que "corpos trans não passam dos 35 anos", criando uma sensação de expectativa limitada para o futuro. Esse tipo de crença, contribui para que muitas mulheres trans internalizam uma visão trágica e curta de suas próprias vidas, afetando diretamente sua perspectiva de futuro. Pôr a gente ser trans, a gente já tem medo da rejeição, né? A gente já está acostumada a ser rejeitada a vida toda, segundo Vênus.

A existência da população trans não é entendida pela sociedade LGBTfóbica, machista e patriarcal. Na maioria das vezes são discriminadas dentro da própria comunidade tornando sua existência ainda mais difícil e com oportunidades reduzidas (Schneider e Couto, 2021).

A comunidade "gay" não dá espaço para outras pessoas e até mesmo dentro da própria comunidade o homem, branco e cis é a centralidade. Nossa comunidade precisa se reformular urgentemente e colocar outros corpos ao centro (Monalisa, 25 anos, publicitária e cantora).

Trata-se de uma hierarquia que impede pessoas trans de ocuparem o mesmo lugar que pessoas da mesma sigla. Como Monalisa diz, até mesmo dentro da comunidade LGBTQIA+ o homem, branco, cisgenero está no centro, em uma posição de destaque, como podemos ver na TV, em campanhas publicitárias e na forma como a realidade é pensada e planejada. A transfobia também se faz presente dentro da comunidade, seja em piadinhas falocêntricas, no questionamento de sua identidade e até mesmo no silenciamento de sua existência.

Quando entrei na política senti mais apoio de pessoas heterossexuais e cis-genero, lgbt's foram só uns 15% que me apoiaram, da comunidade foram mais os meus amigos, pessoas que gostam de mim mesmo, fora isso dá pra contar nos dedos, sinto bem pouco o apoio da comunidade (Vênus, 32 anos, digital influencer e garota de programa)

É evidente que até mesmo alguns grupos sociais são influenciados por fatores sociais, culturais e históricos que refletem hierarquias de poder e privilégio. Apesar da luta por direitos ser compartilhada, as vivências de pessoas trans e travestis frequentemente envolvem discriminação baseada tanto em gênero quanto em sexualidade.

Queremos chamar atenção para o fato de que as travestis sofrem maior violência e preconceito porque a marca da transgressão é nítida, visual e, portanto, afronta o poder heteronormativo, muito menos evidente no gay ou na lésbica (SILVA, 2009, p. 142).

A autora aponta que as travestis enfrentam níveis mais intensos de violência e preconceito devido à sua expressão de gênero, que é vista pela sociedade como uma transgressão mais visível e direta às normas heteronormativas.

Essa exclusão geralmente se manifesta em espaços onde as dinâmicas de poder e desejo são definidas por padrões que favorecem homens gays, excluindo e marginalizando as experiências e os corpos de pessoas trans. A exclusão e a ausência de uma rede dentro da comunidade LGBTQIA+ reflete estruturas de poder e privilégio existentes na sociedade em geral.

O espaço não deve ser disputado, e sim ampliado para caber mais pessoas, acarretando diretamente no fortalecimento da luta pela inclusão e aceitação da diversidade social que também integra a produção do espaço.

3.2 Corpocidade: Quero sair da zona de conforto e ocupar outros espaços, ser vista

Pode-se dizer que o corpo, com a sua capacidade de ação e as suas várias energias, cria espaço? Seguramente. Mas não no sentido da ocupação dita como espacialidade fabricada; em vez disso há uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre a distribuição do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos na esfera material (ferramentas e objetos), antes de produzir-se para se alimentar

daquela esfera material e antes de reproduzir gerando outros organismos, cada corpo vivo é espaço e tem seu espaço: ele se reproduz no espaço e também produz seu espaço (LEFEBVRE, 1991, p.170).

Com base na perspectiva de Lefebvre (1991), podemos pensar no espaço como uma dimensão mediada por práticas espaciais e experiências. E tudo isso é corporificado por códigos e símbolos não apenas no espaço, mas enquanto produtoras constantes de espaço.

Ramos e Milani (2022), apontam que o espaço, em sua configuração material, lógica e simbólica, é uma construção social mediada pelo sujeito, resultando um espaço concreto repleto de distinções sociais, afetos, memórias e muitas outras dimensões. Essa discussão é explícita na fala de Monalisa e em como ela é vista nos lugares que ela frequenta.

Percebo inúmeros olhares de reprovação do público, principalmente em lugares elitizados. Em locais mais acessíveis, como nos bares do meu bairro e no forró que eu frequento, sou respeitada por todos sem exceção, eles me enxergam como eu sou. Vou em lugares que não sou aceita, pois é necessário, afinal é uma travesti estando no mesmo local que eles, comendo o que eles comem, minha presença significa muito. **Quero sair da zona de conforto e ocupar outros espaços, ser vista** (Monalisa, 25 anos, publicitária e cantora, grifo nosso).

Isso se manifesta porque as travestis e transsexuais enfrentam barreiras significativas no espaço urbano, como o estigma social e o preconceito, que limitam seu acesso a muitos locais e serviços, além de aumentarem sua vulnerabilidade à violência e discriminação. Essa vivência é uma leitura da cidade que revela um espaço hostil e excludente, em que suas identidades e existências são constantemente desafiadas. Assim, a cidade, para elas, deixa de ser um espaço neutro¹¹ e passa a ser um lugar de luta pela afirmação e pelo direito à existência.

Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, condições de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual (...) O Direito a Cidade é definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um

¹¹ Não que para outros corpos seja, mas para as mulheres trans e travestis isso se intensifica.

padrão de vida adequado (...) Inclui também o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural, e o respeito aos migrantes (Artigo I.1, CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE).

O conceito de cidade inclusiva e equitativa, proposto pela Carta Mundial do Direito à Cidade, deveria garantir que essas pessoas possam viver e circular livremente, acessando espaços e serviços sem discriminação. No entanto, as cidades ainda falham em assegurar condições mínimas de respeito e dignidade para essas populações, que são alvo constante de violência, exclusão e marginalização.

O direito à cidade vai além do acesso individual aos recursos urbanos; é um conceito que propõe uma transformação profunda, tanto dos espaços urbanos quanto das pessoas que vivem nele. Harvey (2008, p.23), faz uma análise sobre a urgência da reformulação das cidades:

[...] o direito à cidade [...] é muito mais do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: trata-se do direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. É, além disso, um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício do poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, como desejo demonstrar, um de nossos direitos humanos mais preciosos, mas também um dos mais descuidados.

Lefebvre (1974), assegura que o corpo desempenha papel importante na compreensão e produção do espaço, destacando sua centralidade o corpo de Monalisa ocupa um lugar na cidade, é um veículo de comunicação com os espaços onde se situa cotidianamente, e essas corporificações influenciam diretamente no modo que ela vivencia a cidade, com que é tratada/vista/recebida nos diferentes espaços, isso inclui não apenas a espacialidade física (o chão que a recebe) mas todo a conjuntura social que compõem aquele espaço, naquele determinado momento; por exemplo um restaurante mais elitizado (como ela coloca) no horário de almoço.

A cidade é vista como um lugar de múltiplas perspectivas, em que a experiência de cada corpo é única e influenciada por sua história, identidade e contexto que vai moldar a nossa visão de cidade, tudo vai depender da posição que ocupamos dentro dela. Como demonstra Schweickardt (2000, p.29) no trecho a seguir:

A forma de vermos a cidade vai depender da posição que ocupamos dentro dela. Se estivermos de um lado da rua teremos uma visão diferente se tivermos do outro lado, assim como olhamos a cidade com olhos de quem não nasceu aqui, que não se criou neste lugar, nem é desta cultura. Ao olhar a cidade, olhamos sob um determinado ponto de vista, com uma determinada forma e uma determinada bagagem teórica e metodológica. Por isso queremos dizer que o nosso olhar partirá do pressuposto fenomenológico porque acreditamos que ele nos dá pistas para entender que a cidade não é somente ruas, prédios, pessoas e coisas simplesmente; mas está tecida por uma infinita rede de interrelações, de significações e de intencionalidades que formamos “espírito” da cidade. (p. 129)

A análise do espaço como resultado de inter-relações sociais nos permite vê-lo não apenas como uma área física (um chão), mas como um produto das interações e dinâmicas sociais que ocorrem entre diferentes grupos e indivíduos.

São as apropriações, escapes e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são as experiências corporais que reinventam esses espaços urbanos no cotidiano, continuamente (JACQUES, 2010, P.113).

A vivência na cidade está ligada ao corpo dos sujeitos sociais (que são múltiplos e diversos) e muitas vezes ocupam os mesmos espaços, ao escapar a essa regra, há de certa forma tensionamentos e conflitos, como relata Monalisa:

Fiz um show em um espaço completamente heteronormativo da cidade, com o dinheiro do meu próprio bolso, porque eu sabia jamais seria contratada para estar lá, mas queria fazer ser possível, para que as pessoas possam se perguntar, “essa vida existe?”, “essa cantora existe?”. Eu precisava ocupar aquele lugar, era um direito meu. Muitas pessoas também questionaram do fato de não fazer em um lugar lgbtqi+, mas meu objetivo era fazer a diferença, estar em espaços que são negados, sair da zona de conforto de falar com quem a gente sempre fala, para que os corpos heteronormativos comecem a questionar minha existência. Uma travesti em cima do palco de um local como aquele é uma potência gigantesca (Monalisa, 25 anos, publicitária e cantora).

Monalisa deixa claro seus posicionamentos na interação com o espaço, dando sentido ao seu lugar e ao lugar do outro. Sua presença em lugares que lhes são negados diariamente instiga a percepção urbana e as relações entre os territórios. Monalisa, transita seu corpo em espaços mal-ditos e quando está sobre o palco, ela amplia sua voz e coloca sua (trans)vivência ao centro: Se existir outras vidas, em todas elas quero voltar como uma mulher trans, nas palavras de

Vênus.

Ao afirmar que seria uma mulher trans em todas as vidas, Vênus, escolheria continuar sendo fiel a si mesma. A importância da fala está em transmitir essa ideia de que ser quem somos, em qualquer circunstância e em qualquer tempo, é um ato de afirmação e de resistência, e que as escolhas que fazemos sobre nossa identidade são, um reflexo daquilo que nos completa enquanto ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a importância da construção de espaços em que esses corpos possam estar presentes e serem ouvidos em suas demandas, vivências e compreensões. Defendemos que isso amplia a análise das relações de gênero construídas através de identidades, ampliando a percepção urbana. As experiências e percepções urbanas são vivenciadas a partir do gênero, raça e classe. Analisar essas vivências a partir desses recortes permite entender como o espaço é percebido e ocupado de forma desigual. Logo, a construção de uma percepção urbana mais inclusiva exige uma abordagem interseccional, que interage para configurar experiências desiguais no espaço.

Se torna necessário formular políticas e planos educacionais para mudar a cultura transfóbica que está enraizada na nossa sociedade e construir debates TRANSformadores, de modo a questionar as estruturas machistas, racistas, elitistas e heteronormativas que moldam a sociedade e os espaços. Consideramos que o corpo de Monalisa e Vênus, assim como de outros sujeitos que fogem da normativa imposta, causam conflitos e até violências em determinados espaços na cidade, sobretudo aqueles mais conservadores.

Um simples trajeto pela cidade, que para alguns pode ser cotidiano e trivial, pode representar uma jornada de medo e insegurança para alguém cuja identidade de gênero desafia as normas tradicionais, binária e heteronormativas.

Desde cedo a liberdade desses corpos é questionada e ao longo da trajetória, dos percalços, dos desamores, muitos nem sobrevivem para contar a história que as entrevistadas nos contaram. Os e as que sobrevivem tendem a vivenciar diversas formas de distinções em seu cotidiano, começando com as repressões dentro de casa pelos familiares, durante todo processo de descoberta e auto aceitação, percorrendo para o período escolar, em que o *bullying* torna-se centralidade, assim como elas relataram, o processo é tão doloroso que muitos abandonam o sonho de obter um diploma ao longo do caminho, e sem formação a busca por trabalhos informais tendem a aumentar, na maioria das vezes a única saída para sobrevivência.

Nossas entrevistadas, lutam contra o fim que esperam para o seus corpos e podemos ver a representatividade como um dos fatores cruciais para o fortalecimento. Muitas figuras representativas inspiram, fortalecem e impulsionam

ao longo de suas trajetórias, ainda que muito há de ser feito em vários âmbitos: no social, na política e na própria ciência. Disso, entra o papel da universidade, enquanto espaço, para além de formação profissional, de formação humana.

E a universidade, em sua condição de espaço privilegiado de produção do conhecimento, deve ir além da formação técnica e profissional, assumindo também um compromisso com a formação cidadã. Esse compromisso se intensifica quando deslocamos o olhar para os corpos das mulheres trans e travestis, que ainda enfrentam a exclusão de suas existências, como vimos ao longo da pesquisa. Pensar na universidade a partir desses corpos é reconhecer que ela não é isolada das estruturas de poder e das relações hierárquicas que moldam os espaços urbanos e as vivências territoriais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do Sujeito**. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Boletim nº 01 2021: Assassinato contra travestis e transexuais em 2021. Rio de Janeiro: ANTRA, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/05/boletim-001-2021.pdf>>. Acesso em: 16 de set. 2021.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 2024. 125 p. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>.

BINNIE, Jon.; VALENTINE, Gil. Geographies of sexuality - a review of progress. **Progress in Human Geography**, v.23, n.2, p. 175-187, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 3 edição, Rio de Janeiro, ed. **Bertrand Brasil, Brasil**, 2003.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.

BRASIL. **Bahia faz primeira cirurgia de redesignação sexual pelo SUS**. *Agência Brasil*, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-08/bahia-faz-primeira-cirurgia-d-e-redesignacao-sexual-pelo-sus>. Acesso em: 15 nov. 2024.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"**. London: Routledge, 1993.

CARVALHO, C. O.; MACEDO Jr, G. S. 'ISTO É UM LUGAR DE RESPEITO!': A construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, v. 9, n 1, p 103-116. 2017.

CIDADE, À. Carta mundial do direito à cidade. **Fórum Social Mundial**, 2004.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: **EDUFES**, p. 171-184, 2015.

DAVID, Harvey. The right to the city. **New Left Review**, v. 53, p. 23, 2008.

DE PONTES, Júlia Clara; DA SILVA, Cristiane Gonçalves. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 396-417, 2017

FEITOSA, Cleyton. Barreiras à ambição e à representação política de LGBT no Brasil. In: **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 120-131, 2017.

JACQUES, Paola Berenstein. Zonas de tensão: em busca de micro resistências urbanas In: JACQUES, Paola B; BRITTO, F. **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. 2010.

LANZ, Letícia. O Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, [1974] 1991.

MIGALHAS. **Primeira trans a realizar cirurgia de mudança de sexo no Brasil foi chamada de “eunuco estilizado”** na Justiça. 12 mar. 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/296792/primeira-trans-a-realizar-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-no-brasil-foi-chamada-de--eunuco-estilizado--na-justica>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MISKOLCI, Richard. Abjeção e desejo. Afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michel Foucault. **Para uma vida não-fascista. Belo Horizonte: Autêntica**, p. 325-338, 2009.

MORAIS, J. de A. C. de; RODRIGUES, Kleber F. **Cartilha de Atividades LGBTI+**. Portal Eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Olinda, 2020. 25 p. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/583817/2/Cartilha%20de%20Atividades%20LGBTI%2B.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. c21581-c21581, 2020.

NETO, Alberto Ribeiro; CECCARELLI, Paulo Roberto. Internet e pornografia: notas psicanalíticas sobre os devaneios eróticos na rede mundial de dados digitais. **Reverso**, v. 37, n. 70, p. 15-22, 2015.

PENALVO, Claudia et al. Entre maquinarias e modos de ver e ser vista-a imagem como acontecimento da fada madrinha. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 37, n. 2, p. 205-229, 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PRECIADO, Beatriz; NOGUEIRA, Fernanda Ferreira Marcondes. Quem defende a criança queer?. **Jangada: crítica| literatura| artes**, v. 1, n. 1, p. 96-99, 2013.

PRECIADO, Paul B. Uma escola para Alan. Trad. e adap. de Inaê Diana Lieksa. **TRANSFEMINISMO: feminismo interseccional relacionado às questões Trans**, v. 1, 2017.

RAMOS, Élviz; MILANI, Patrícia Helena. O corpo fora de lugar: de uma geografia dos indivíduos para uma geografia dos sujeitos. **GEOgraphia**, v. 24, n. 52, 2022.

SCHNEIDER, MAITE; COUTO, CAMILA. 4 libertações reflexivas da TRANSrevolução. **Integra Diversidade**. 5 jul. 2021. Disponível em: <<https://integradiversidade.com.br/4-libertacoes-reflexivas-da-transrevolucao/>>. Acesso em: 16 set. 2021.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geo Uerj**, v. 1, n. 18, p. 3-19, 2008.

SILVA, Joseli Maria (Ed.). **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Cidade: Todapalavra Editora, 2009.

SILVA, Joseli Maria. Geografia feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas. **Espaço e Cultura**, n. 27, p. 37-54, 2009. TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. Discurso publicitário e a pedagogia do gênero: representações do feminino. In: Revista **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 6, n. 17, nov. 2009. p.37- 48.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Espaço urbano, poder e gênero: uma análise da vivência travesti. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 83-95, 2010.

SCHMIDT, Sarah. **As barreiras para as pessoas trans**: Refletindo discriminação e estigma, apenas 16,7% dos homens e mulheres trans e travestis têm emprego formal no estado de São Paulo, indica pesquisa. [S. l.], 14 jul. 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-barreiras-para-as-pessoas-trans/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. Um olhar fenomenológico sobre a cidade. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 1, n. 1, p. 129-141, 2000.

TURRA NETO, Nécio. Pesquisa qualitativa em Geografia. **XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Anais... Belo Horizonte: AGB**, p. 1-10, 2012. TURRA NETO, Nécio. Corpo e Espaço: Algumas considerações. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 3, n. 41, p. 02-08, 2019.

YEAR IN REVIEW, 2022. Disponível em: <<https://www.pornhub.com/insights/2022-year-in-review>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ANEXO I - ROTEIRO DA ENTREVISTA

Questões introdutórias:

Idade:

Como você se define quanto a cor?

Grau de escolaridade:

Ocupação atual:

Questões

Como foi sua vivência enquanto criança? Quais as suas recordações de infância?

E quanto à escola, seu período escolar, quais as suas recordações?

(A depender da resposta anterior) O que você acha deste modelo de educação escolar?

Me conte um pouco de sua trajetória de vida, depois que terminou/saiu da escola o que você fez?

Quando foi o momento de constatação da sua transição? E como foi o processo?

Você contou com amigades neste período? Qual a importância delas neste processo?

Quais são os desafios no acesso ao emprego por pessoas trans? E como a população trans pode driblar as dificuldades para ter uma ocupação, uma renda?

A pandemia afetou sua vivência enquanto sujeito social trans?

Você enxerga, acha que pessoas trans incomoda algumas pessoas? Por quê?

Como você enxerga o tratamento das pessoas trans em ambientes majoritariamente ocupados por pessoas cis?

Como se articular para fazer a diferença nesses espaços, que sempre foram ocupados por homens brancos cis?

Qual é o papel das pessoas cis no combate à transfobia? E como elas podem ser aliadas do movimento trans?

E dentro da própria comunidade LGBTQIA +, quais espaços a população trans ocupam?

Qual é a percepção de cidade enquanto sujeito social trans?

Como é ver a cidade desde a travestilidade?

Quais foram os pontos de virada, que deram força na sua trajetória para romper o futuro que era esperado para o seu corpo?

O que a existência de uma pessoa trans simboliza?